



### Índice

#### Apresentação:

Uma geografia intelectual pouco comum..... 2

#### Elinor Ostrom

Um nobel heterodoxo e rosa-verde.  
Sinal de esperança? ..... 3

Páginas da resistência: os escritos  
de Elinor Ostrom ..... 9

Elinor Ostrom e a economia ecológica:  
uma nota ..... 13

Governança Econômica  
(*Economic Governance*) ..... 21

Biografia de Elinor Ostrom ..... 25

#### Resumo do Livro

"O Novo Manual de Negócios Sustentáveis." ..26

## Edição Especial Elinor Ostrom, um toque feminino

### Notícias

pág 27

Fórum Ipea de mudanças climáticas presente na COP 15

IBGE faz Seminário Internacional e Oficinas sobre Contas Ambientais

Censo Agropecuário 2006

Serviço Florestal Brasileiro mapeia experiências de REDD

Relato das Jornadas da ASAUÉE: a Economia Ecológica face aos atuais desafios socioambientais no Cone Sul

Livro da ECOECO – Edição Revisão e Atualizada – lançamento em breve!!

## Expediente

### Diretoria Executiva:

Maria Amélia Enríquez (Presidente)  
Paulo Gonzaga Mibielli (Vice - Presidente)

### Diretores Nacionais

Karen Kaechele  
Clóvis Cavalcanti  
Sueli Chacon  
Ademar Romeiro

### Diretoria Núcleo Norte:

Sergio Rivero  
Oriana Almeida

### Diretoria Núcleo Nordeste:

Cecília Lustosa  
Francisco Corrêa de Oliveira  
Ihering Alcoforado

### Diretoria Núcleo Centro-Oeste:

João Paulo Andrade  
José Aroudo Mota  
Joseph Weiss

### Diretoria Núcleo Sudeste:

Frederico Barcellos  
Marcelo Hercowitz

### Diretoria Núcleo Sul:

Clítia Helena Backx Martins  
Maria Carolina Rosa Gullo  
Valdir Frigo Denardini

### Conselho Fiscal:

Peter May  
José Eli da Veiga  
Manuel Osório Viana  
Carlos Eduardo Young

### Edição do Boletim:

Amélia Enríquez  
e João Paulo Botero

### Revisão Final:

Verônica Lima

### Secretaria:

Gisella Colares

### Projeto Gráfico e diagramação:

Eduardo Oliveira

Site da EcoEco: [www.ecoeco.org.br](http://www.ecoeco.org.br)

E-mail: [ecoeco@ecoeco.org.br](mailto:ecoeco@ecoeco.org.br)

Telefone: (61) 3107-6000



O pagamento da anuidade é realizado por intermédio da Associação Internacional de Economia Ecológica (ISEE - [www.ecoeco.org](http://www.ecoeco.org)) ou pela própria ECOECO. Formas de pagamento e maiores informações no site de filiação da ISEE ou no site da ECOECO ([www.ecoeco.org.br](http://www.ecoeco.org.br)).

## Apresentação



# Uma geografia intelectual pouco comum

Ao aceitar o convite de apresentar este número especial do Boletim da ECOECO, justamente no meu último mês como Presidente do ISEE, aceitei ao mesmo tempo uma volta as minhas próprias raízes intelectuais na área. Pois, foi justamente a teoria de gestão de recursos de propriedade comum que fundamentou a minha própria tese (que me trouxe ao Brasil inicialmente e que nutriu a minha decisão de aqui permanecer).

Em 1984, quando retornei da minha pesquisa de campo nos babaçuais do Maranhão, o debate em prol de uma visão alternativa à dicotomia Estado x Mercado, estava mal começando na academia norteamericana. Como a própria Economia Ecológica, a crítica à tragédia de Hardin foi o fundamento para a formalização da sua alternativa: o manejo coletivo de recursos de propriedade comum. A superação do dilema do prisioneiro por intermédio da institucionalização das práticas de manejo que respeitam a capacidade de suporte dos recursos naturais, é otimizado pela comunicação (e não pela "informação perfeita" – usualmente assimétrica em uma sociedade desigual: perfeita para alguns e imperfeita para os demais...).

Nos babaçuais, identificamos uma "moderna tragédia" dos recursos privatizados pelos cerceamentos

dos pastos de gado de corte (os "não-comuns"). Este foi superado pela criação de direitos de acesso à utilização sustentável, pelas quebradeiras que se organizaram em torno do "coco livre" e a proibição do corte das pindovas, leis instituídos para assegurar o manejo destes recursos por aquelas que mais beneficiaram da sua permanência, mesmo na face dos cerceamentos.

Num nível planetário, enfrentamos semelhante embate entre países de alta renda e aqueles que almejam os mesmos padrões de consumo, cientes das necessidades de gestão coletiva dos recursos da atmosfera, mas incapazes de superar a tragédia e o dilema comum. O impasse que estamos presenciando nas negociações da COP15 indica o nível de inoperância que as instituições das sociedades humanas têm alcançado, debilitando a sua capacidade de enfrentar a pior crise de sua história. São justamente os meios para enfrentar estes impasses que a obra da Elinor Ostrom providencia à comunidade global. Estudando bem estes caminhos, e praticando a sua resistência, teremos como chegar a um estágio de cooperação em prol do bem comum.

**Peter May**

*Presidente da International Society for Ecological Economics (ISEE). Fundador e membro do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO). Professor CPDA/UFRRJ*



Texto I

## Elinor Ostrom: Um nobel heterodoxo e rosa-verde. Sinal de esperança?

**Vincenzo Lauriola**

*Sócio-economista ecológico. Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Pesquisador LE STUDIUM (Région Centre, França) Associado ao Institut de Recherche pour le Développement (IRD), UR 199, Orléans.  
Email: enzo@inpa.gov.br ; enzo.lauriola@ird.fr*



Em 12 de Outubro de 2009 pela primeira vez na história uma mulher, a estadunidense Elinor Ostrom, natural de Los Angeles, da Universidade de Indiana, foi prestigiada pela outorga do prêmio Nobel de Economia. Compartilhado com Oliver Williamson, também norte-americano, o prêmio foi motivado pelos tra-

balhos de cada um dos dois sobre a governança econômica. Diferentemente de Williamson, tido como pai da economia neo-institucionalista que, mesmo adotando uma abordagem original da empresa, fundada sobre a análise dos custos de transação, não se destaca radicalmente da matriz neoclássica "ortodoxa", a originariamente

cientista política Ostrom seguiu um caminho atípico, marcadamente trans e pluridisciplinar, alimentado por pesquisas empíricas, evidenciando os aspectos “comunitários” do comportamento humano, se contrapondo marcadamente aos modelos ortodoxos do *homo economicus*.

Participante desde a primeira hora do movimento de análise e crítica ecológica da economia, co-fundadora da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE), Ostrom também fundou a Associação Internacional para o Estudo da Propriedade Comum (IASCP) – *International Association for the Study of Common Property*, que a partir de 2006 resolveu perder o “P”, transformando-se em *International Association for the Study of Commons* (IASC) - sociedade científica para a qual consagrou boa parte de suas energias intelectuais durante as últimas três décadas. A partir de obras pioneiras como *Governing the Commons* (1990), Elinor tornou-se a musa intelectual de um movimento de grande diversidade em suas matrizes disciplinares e profissionais, desenvolvendo trabalhos, reflexões e pesquisas, em torno de um conjunto de preocupações e interesses comuns: a insatisfação com as leituras e os modelos ortodoxos sobre uso e gestão de recursos naturais, sobretudo renováveis e coletivos, e a incapacidade, destes mesmos modelos, de dar conta de inúmeras observações empíricas de sustentabilidade em comunidades locais de usuários de tais recursos.

A principal contribuição de Ostrom consiste numa leitura dos mecanismos que regulam o uso de recursos comuns como lagos, florestas, pastos e em geral recursos ambien-

tais de difícil subdivisão (por razões técnicas, jurídicas, ecológicas e/ou econômicas) e para as quais existe rivalidade de acesso. Trata-se de uma análise cuja aplicabilidade é mais ampla e geral, indo além dos recursos naturais, posta a fundamento da abordagem conhecida como Análise Institucional e Desenvolvimento - IAD (*Institutional Analysis and Development*). Uma primeira matriz analítica é proposta para classificar as principais categorias de bens e/ou recursos, a partir de duas características físico-econômicas: a **exclusão**, sendo esta definida como a medida em que é física e/ou jurídica e/ou economicamente possível excluir usuários do acesso ao recurso, e realizável com maior ou menor dificuldade; e a **rivalidade** ou subtraibilidade, definida como a medida em que, com o uso de um recurso por um indivíduo, este deixa de ser disponível para outro indivíduo, podendo esta ser de maior ou menor grau. A partir desta matriz analítica, observa-se a existência de certa sobreposição entre o cruzamento binário destas características dos bens e os principais regimes de propriedade adotados para regular seus direitos de apropriação e uso, assim como as modalidades de transferência dos mesmos. De forma geral, bens de fácil exclusão e alta rivalidade são tipicamente objeto de propriedade privada, enquanto bens de difícil exclusão e baixa rivalidade são tipicamente públicos. Ao lado destes, tradicionalmente objeto de maior atenção pela análise econômica, há duas outras categorias: os bens de fácil exclusão e baixa rivalidade, denominados tipicamente de *toll goods*, bens a pedágio, e os de difícil exclusão e alta rivalidade, tipicamente representados pe-

los recursos comuns, ou *common pool resources* (CPRs). É sobre estes últimos, tradicionalmente negligenciados ou abordados com superficialidade pela teoria econômica que Ostrom concentra seus esforços analíticos.

A ciência econômica dominante, economia ambiental incluída, de inspiração neoclássica, aborda o tema com base em três modelos paradigmáticos fundamentais e complementares: a *tragedy of the commons*, ou “tragédia dos (bens) comuns”, formulado em 1965 por Garrett Hardin; o dilema do prisioneiro na teoria dos jogos; e a abordagem de Ronald Coase sobre os direitos de propriedade.

Hardin demonstra como, frente a uma “pastagem aberta a todos”, cada pastor segue racionalmente uma lógica do benefício individual de externalização dos custos e internalização dos benefícios que, agregada coletivamente, conduz tragicamente ao esgotamento do recurso comum. O dilema do prisioneiro reforça as premissas de racionalidade individual dos comportamentos não cooperativos: frente à escolha entre trair e cooperar, em ausência de comunicação, o prisioneiro racional só pode trair, mesmo que a melhor escolha coletiva seria a de cooperar. As possíveis soluções prospectadas por Hardin para evitar a tragédia, e promover uma gestão racional (hoje se diria sustentável) do pasto, são duas: “socialismo”, mediante intervenção direta do Estado; ou privatização, mediante gestão descentralizada pelo mercado. Nesta altura o modelo de Coase, demonstrando a eficiência da solução de mercado fundada na definição de direitos de propriedade privada e em ausência

de custos de transação, faz balançar a escolha de vez em prol da privatização.

Ostrom analisa e critica radicalmente tal arcabouço, evidenciando suas falhas metodológicas e demonstrando a fraqueza de suas conclusões. Um de seus méritos principais, com certeza a base do reconhecimento do Nobel, é que sua crítica é movida internamente ao paradigma dominante, utilizando suas mesmas ferramentas e metodologias de maneira formalmente rigorosa, para alcançar resultados opostos.

A primeira crítica ao modelo de Hardin é que, na realidade, o que ele define *commons* não são recursos comuns, mas sim recursos em livre acesso. Não é uma diferença de pouca relevância: primeiro, porque na realidade, para recursos importantes, os *commons* são espaços e recursos naturais coletivos, apropriados e gerenciados por grupos definidos, segundo modalidades e regras definidas; segundo, porque é possível observar e demonstrar que, histórica e geograficamente, os *commons* constituem a regra, enquanto o livre acesso representa a exceção. E isso apesar do processo histórico de expansão das *enclosures*, das cercas, em andamento desde o início da revolução industrial.

Como brilhantemente descrito por Marx no *Capital*, os *commons*, terras não cercadas, cujo uso era compatível com o exercício de direitos costumeiros por populações locais, permitindo sua sobrevivência, foram expropriados pela introdução, física e jurídica, de cercas de criação da propriedade privada. Por meio deste mecanismo, na Inglaterra do século XVII, iniciou o pro-

cesso de acumulação primitiva do capital, fundada na criação de riqueza privada à custa da expropriação de direitos das populações locais, permitindo a substituição de um sistema de produção local e diversificado, feito de produções locais e exportação de lã tecida artesanalmente nas residências, pela monocultura capitalista da lã (grandes pastos para criação de ovelhas), visando o abastecimento das indústrias têxteis urbanas não apenas com a matéria-prima, mas também de massas de camponeses expulsos das terras comunais cercadas, o exército industrial de reserva do qual o capital precisava para se expandir. Se os materialistas históricos não deram muita atenção aos danos sociais e ambientais produzidos pela destruição dos *commons*, talvez porque consideradas formas primitivas de organização da sociedade, Ostrom tem o mérito de chamar a atenção sobre este dado que, no contexto da crise ambiental global, revela hoje toda sua relevância.

Em síntese, a tragédia de Hardin é uma tragédia do livre acesso: se na ausência de regras as previsões trágicas do modelo são corretas, a “propriedade comum” representa na realidade uma das possíveis respostas à tragédia, cujas possíveis formas não se esgotam na dicotomia público-privado, Estado ou mercado. Em outras palavras, existe uma terceira via, representada justamente pela “propriedade comum”.

Ao contrário do que o modelo de Hardin deixa entender, com sua visão simplista que comete o equívoco de esconder e liquidar como causa do problema aquela que na realidade é

uma de suas possíveis soluções, existe uma terceira via cujas formas concretas são múltiplas e diversas. Como demonstram estudos empíricos no mundo inteiro, instituições coletivas, frequentemente milenares, manejam com surpreendente eficiência sistemas e recursos ambientais extremamente complexos: ao invés de ignorá-las ou destruí-las por considerá-las antiquadas ou pré-modernas, o desafio da ciência econômica, com o auxílio e por meio do diálogo com outras áreas científicas, tanto humanas e sociais como naturais e exatas, é antes de tudo de estudá-las e compreendê-las em profundidade.

Nesta perspectiva, durante as três últimas décadas, Ostrom demonstra o papel fundamental da diversidade institucional – isto é sócio-cultural, e não apenas biológica – para reforçar a resiliência dos sistemas socioambientais (ou sócio-ecossistemas) na busca da sustentabilidade. Assim, ela inspira e desenvolve não apenas uma multiplicidade de estudos empíricos sobre os sistemas locais de manejo dos recursos comuns, mas também estudos econômico-experimentais sobre o comportamento humano, modelando situações de uso de recursos naturais comuns em teoria dos jogos. O modelo do dilema do prisioneiro é seriamente criticado pelas hipóteses de jogo de rodada única e ausência de comunicação, simplistas e irreais, sobre as quais funda suas previsões. A realidade não é avulsa da história, dos processos de aprendizagem fundados nos erros, os atores podem comunicar entre si, e geralmente eles utilizam a comunicação para definir regras, mecanismos de fiscalização e controle de seu cumprimento e sanções para os

infratores. Introduzindo no dilema do prisioneiro aplicado à gestão de recursos comuns, rodadas repetidas e comunicação, as soluções se afastam das previsões trágicas iniciais, e a comunicação joga um papel chave em possibilitar procedimentos de aprendizagem, inerentemente coletivos, que permitem alcançar resultados próximos do ótimo teórico.

Assim, Ostrom, Gardner e Walker (1994) utilizam técnicas de economia experimental aplicadas à gestão de um recurso comum para testar as previsões dos modelos “tragédia” e “dilema” frente à introdução de hipóteses mais realistas. Os resultados são notáveis: em condições fiéis às hipóteses chaves (rodada única, ausência de comunicação) as previsões trágicas dos modelos são corretas, e não se alteram significativamente mesmo introduzindo rodadas repetidas e risco de esgotamento do recurso; ao introduzir a comunicação, já nos jogos de rodada única os resultados melhoram, embora de forma instável, enquanto nos jogos de rodadas repetidas os resultados melhoram de forma significativa, reduzindo a ineficiência de 50%. É interessante observar o uso que os atores fazem da comunicação e os resultados específicos de cada estratégia. Nos jogos repetidos, a comunicação é utilizada para calcular as melhores estratégias coordenadas, definir acordos para implementá-las e lidar com traidores, principalmente por meio de sanções verbais, com a eficiência do resultado variando entre 42 e 80% do ótimo, as taxas sendo menores quando a comunicação envolve custos e quando as apostas são maiores. Estes resultados demonstram também que a intervenção

direta de agentes externos não é indispensável para melhorar os resultados: por um lado a comunicação entre usuários do recurso comum já é suficiente para evitar a tragédia; por outro lado, a introdução de hipóteses mais refinadas permite analisar mais em detalhe o papel potencial de diversos acordos institucionais em promover resultados de maior ou menor eficiência. Assim, Ostrom e seus colegas analisam o efeito da introdução de regras, associadas a mecanismos de controle e sanções, comparando as hipóteses de instituições exógenas e endógenas, com ou sem comunicação. No caso de instituições exógenas, mesmo sem comunicação, há uma melhora dos resultados, mas esta é ineficiente, na medida em que a maior eficiência é absorvida pelo custo da instituição; em presença de comunicação, o ganho de eficiência obtido pelas instituições exógenas é mais relevante, alcançando até 56% do ótimo teórico, mas as taxas de traição permanecem elevadas (42%). No caso de instituições endógenas, que pressupõem evidentemente comunicação, os resultados alcançam em média 90% a 93% do ótimo, e a traição é reduzida a taxas marginais, de 4% em média.

Tais resultados, não apenas coerentes com os dados de inúmeros estudos empíricos mundo afora, mais obtidos utilizando as mesmas ferramentas teóricas da economia neoclássica, de maneira científica e formalmente impecável, demonstram o grande potencial de eficiência econômica e ambiental de sistemas fundados em regras definidas autonomamente por grupos de comunitários, ou usuários de recursos comuns, associados a mecanismos de controle



e sanção. Em outras palavras, eles demonstram que, ao contrário do cenário dicotômico prospectado inicialmente, Estado ou mercado, existe uma terceira via para evitar a tragédia: a gestão comunitária. Além disso, tal terceira via não é única: ela possui grande diversidade institucional interna, podendo e precisando se articular de forma flexível e adaptada à diversidade das reais situações locais, culturais e históricas.

Esta conclusão obrigaria a reformular as controvérsias tradicionalmente formuladas ao redor do modelo de Coase, sobre a existência e a entidade dos custos de transação para cada caso específico – reduzindo-se a defender a privatização se o mercado minimiza os custos de transação, ou a nacionalização no caso inverso – levando em conta um universo de alternativas possíveis àquela que, em ambos os casos, representaria uma expropriação dos *commons*. De fato, ao se considerar e analisar inúmeros modelos comunitários de gestão de recursos coletivos, desenvolvidos e implementados de baixo para cima, fundados sobre novas e antigas formas de empoderamento das comunidades de usuários, é possível verificar, entre os benefícios dos comuns, não apenas os ecológicos, ligados à indivisibilidade dos recursos ambientais e à manutenção da integridade dos

ecossistemas, mas também diversas vantagens sócio-econômicas da gestão comunitária. Entre as principais estão a forma em que tal gestão permite lidar com a incerteza, particularmente no caso de recursos móveis, a eficiência administrativa promovida por regras institucionais e estratégias de zoneamento compartilhadas diretamente pelos usuários, a internalização de externalidades e baixos custos de transação.

Durante o último quarto de século Elinor Ostrom vem inspirando uma escola de pensamento multidisciplinar desenvolvida principalmente no âmbito da IASC e com espaços de interface e penetração significativa entre alguns economistas, como os ecológicos, que se distanciam do paradigma neoclássico, e dos economistas ambientais, por criticar e recusar o reducionismo que estes operam da complexidade socioambiental. Até hoje não podemos afirmar que o profundo apelo intelectual de tais reflexões críticas tenha sido séria e plenamente acolhido pelas principais escolas de pensamento econômico, sejam elas *mainstream* ou de inspiração marxista. Esperamos que o Nobel rosa-verde de 2009 represente um estímulo positivo neste sentido: isso seria um sinal de que ainda há esperança para os economistas e para o futuro de um mundo que está também nas mãos deles.

Texto II

# Páginas da resistência: Os escritos de Elinor Ostrom



**Cristiano Ramalho**

Pesquisador Fundaj/Facepe/CNPq.

Especialista no tema dos pescadores artesanais, sendo uma das referências da sócio-anthropologia da pescano País.

E-mail: [cristianownramalho@gmail.com](mailto:cristianownramalho@gmail.com).

Uma produção intelectual de resistência que surge no coração dos Estados Unidos da América, assim pode ser também definida as contribuições acadêmicas da professora Elinor Ostrom da Universidade de Indiana nessas últimas décadas.

Mas quais os motivos que nos levam a qualificar seu trabalho como uma obra de resistência? Antes de tudo, vale frisar que se entende aqui resistência no próprio sentido etimológico do termo, isto é, como uma força antagônica a outra força, um obstáculo.

Para detalhar esse íntimo vínculo entre os estudos de Ostrom e a categoria resistência, é oportuno elencar dois aspectos relevantes que servem de suporte à presente definição e que se alimentam mutuamente, fato que passaremos a fazer em seguida<sup>1</sup>.

**1 - Questões teórico-metodológicas:** com a crise do pensamento moderno, floresce-

ram idéias que se apoiaram na busca de uma síntese entre várias teorias, conceitos, metodologias. Noções que postulavam caminhos únicos foram sacudidas e soçobraram diante das novas dinâmicas da realidade e da ciência. Houve, assim, uma explosão do que se pode chamar de um verdadeiro ecletismo teórico-metodológico, uma fusão entre várias correntes, campos do saber, voltados a renovar elaborações acadêmicas. Se isso foi importante, em várias medidas, trouxe consigo, de outro lado, análises superficiais, que se traduziram, no caso de inúmeros estudos socioambientais, em pobreza analíticas a partir de meros trabalhos descritivos ou de duvidosas qualidades teórico-metodológicas, cuja ação tentou agregar ciências sociais e da natureza a qualquer custo. Assim, por exemplo, surgiram muitos estudos de caráter inter e multidisciplinares vítimas da falta de rigor científico que caíram em simplificações conclusivas oriundas de concepções unilaterais entre variáveis de pesquisa.

Um dos grandes méritos de Elinor Ostrom é não ter se deixado seduzir por essa facilidade tão comum aos dias de hoje e a alguns adeptos das noções pós-modernas de ciência. De fato, Ostrom soube resistir a essa moda ao

<sup>1</sup>. Para que o leitor tenha um acesso mais facilitado aos textos de Elinor Ostrom, tomaremos como base neste artigo somente as publicações traduzidas da autora para a língua portuguesa, que infelizmente ainda são poucas

elaborar um saber-fazer científico rigoroso, unindo reflexão teórica e estudo empírico capaz de realizar sínteses originárias entre as ciências sociais e naturais. Prova disso, é um de seus últimos trabalhos traduzido para o português (Teorias subjacentes ao estudo das interações homem-ambiente) escrito em parceria – essa é também uma de suas qualidades – com as professoras Leah K. VanWey e Vicky Meretsky e que foca o caso do uso das florestas. No texto, a escolha por uma abordagem multiescalar de caráter comparativo oferta a tônica do diálogo, cujos aspectos sociais (escalas global, regional, local – comunidade - e individual), os quais “incluem características demográficas, culturais, econômicas e políticas das unidades de estudo em dada escala de observação” (2009, p. 42) se somam às escalas ambientais (global, ecossistema, comunidade, parcelas das terras individuais). Nenhuma se sobrepõe a outra, por não existir fronteira estanque entre tais escalas e nem haver correspondência mecânica de uma escala social para uma ambiental ou vice-versa. Aqui, o resgate de certo pluralismo causal é a base da pesquisa.

Ao fazer isso – questão que fica mais detalhada em trabalho realizado com Catherine Tucker intitulado Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais e que faz parte do mesmo livro (MORAN, Emilio; OSTRUM, Elinor (Org.). *Ecossistemas florestais: interações homem-ambiente*. São Paulo, Editora Senac; Edusp, 2009), Ostrom encontra seu esteio analítico na categoria instituições, a qual define “como regras formais e informais, os ‘pode e não pode’ que as pessoas reconhecem em dada situação” (Idem, p. 110). Ou seja, as regras formais de uso são normas que “incluem a legislação, as decisões do executivo e do judiciário e contrato entre particulares” e as informais são “regras de costume que possam ter surgido ou sido formuladas em condições em que não são reconhecidas por lei” (p. 110-111). Assim, o futuro dos recursos naturais dependeria da habilidade das pessoas de construir novas

instituições ou melhorar as já existentes “para o manejo sustentável dos recursos, das escalas locais às regionais e globais” (p. 111). Desta feita, se os processos ecológicos e societários (políticos, econômicos, culturais e sociais) conferem forma às instituições de manejo florestal, “a pesquisa interdisciplinar é necessária para tratar de variáveis que definem as condições florestais” (p. 111), fato que a levou a postular uma hipótese inovadora ao fugir de simplificações deterministas, a saber, “[...] uma população crescente não leva necessariamente à destruição das florestas” e que “o crescimento populacional possa ser associado aos usuários da floresta ao se tornarem mais conscientes sobre a escassez da floresta e desenvolveram novas instituições para se ajustar mais efetivamente ao problema de superexploração” (p. 116).

Então, o caráter instigante de suas conclusões resplandece a própria força de seu rigor e renovação teórico-metodológica, indo, assim, na contramão de um novo modo de “fazer ciência” em nossos dias, isto é, Elinor Ostrom vem resistindo ao apogeu de uma “ciência” sem ciência e de uma “interdisciplinaridade” sem (inter) disciplinaridade.

**2 - Foco na questão dos regimes de propriedade comum:** em 1968 Hardin escreveu um ensaio, que se tornou clássico, *A tragédia dos comuns*. Nele, o autor afirmou que grupos e/ou indivíduos usuários dos recursos comuns tenderiam a superexploração dos mesmos, com a conseqüente destruição da natureza, visto que buscariam maximizar lucros a curto prazo. Para Hardin, duas soluções eram indicadas para o enfrentamento desse dilema: imposições de direitos privados e/ou de instâncias governamentais reguladoras. Assim, os regimes de propriedade comum não seriam aliados do que hoje chamamos de sustentabilidade e sim antagônicos à mesma.

De forma consistente e apoiada em estudos empíricos, Elinor Ostrom e seu grupo de pesquisadores caminharam em sentido inverso

a tal assertiva. O que Hardin chamava de uso comum era, na realidade, acesso livre, em que inexistem usos assentados em regimes articulados a direitos e deveres comuns a determinados grupos e com regras formais ou informais de apropriação da natureza a partir de instituições também formais ou informais. Ou seja, havia uma clara confusão efetivada por Hardin entre formas de apropriação do meio ambiente. Nesse sentido, o problema era a ausência de formas de uso e não sua existência comunal.

Elinor Ostrom e Margaret McKean definiram claramente o que são regimes de propriedade comum :

**“Propriedade comum” ou “regime de propriedade comum” referem-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos. O termo “propriedade” está relacionado a instituições sociais e não a qualidades naturais ou físicas inerentes aos recursos. (OSTROM e McKEAN, 2001, p. 80).**

O “regime de propriedade comum” ou “propriedade comum” se dá sobre recursos de acesso comum que passaram (e passam) a ser regulados por um grupo de forma coletiva com regras de manejo de inclusão e exclusão de usuários, atingindo áreas florestais, pesqueiras, hidrográficas, de pastagens ao longo de várias regiões do planeta (OSTROM e TUCKER, 2009).

Ao realizar essa diferenciação, Elinor Ostrom estabeleceu duas contraposições importantes: em primeiro lugar, negou – teórica e empiricamente – que os problemas vinculados à insustentabilidade ambiental fossem mecanicamente oriundos das formas de uso comum da natureza praticadas por pescadores, camponeses ou povos dedicados ao extrativismo florestal. Em síntese, o que alguns categorizam por populações tradicionais; e segundo, revelou que os “regimes de propriedade comum”, além de não serem relíquias do passado, têm ocupado papel de destaque no uso sustentável da natureza em nossos dias, a saber:

**Se a humanidade depende da máxima exploração sustentável oferecida por um sistema de recursos, torna-se essencial um mútuo, cuidadoso e bem sintonizado uso dos mesmos. Regimes de propriedade comum são, essencialmente, maneiras de institucionalizar e orquestrar esse tipo de sintonia fina no uso de sistemas de recursos, quando estes são pressionados em direção a seus limites (OSTROM e McKEAN, Idem, p. 86).**

Mas Ostrom foi além disso. Ela identificou conjuntamente com a professora Tucker, por exemplo, que em parques florestais onde a exclusão de pessoas para usos produtivos diretos da natureza eram negados, suas áreas não apresentaram indicadores de densidade de vegetação melhores do que aquelas florestas que eram reguladas por regimes de propriedade comum. Ou seja, “onde os usuários tinham direitos para formular regras, no entanto, foram demonstradas melhores condições florestais” (OSTROM e TUCKER, 2009, p. 135). Isso acontecia pelo fato de que “são as instituições dentro das comunidades que determinam o sucesso de manejo comunal dos recursos” (Idem, p. 129) e que “[...] regras bem-feitas levam a uma melhoria nas condições florestais” (Ibidem, p. 134).

Por conta disso tudo, os escritos de Ostrom são também um encontro com as formas de resistência das populações tradicionais, especialmente no que diz respeito à defesa de seus territórios ancestrais de morada e/ou trabalho. Suas obras ecoam na academia como um forte e consistente sopro de qualidade e de resistência intelectual, que agrega construções teórico-metodológicas inovadoras e diálogos íntimos e profícuos com os modos de vida e, portanto, de manejos tradicionais sustentáveis praticados por pescadores, camponeses e povos da floresta no mundo.

## Referências bibliográficas:

- OSTROM, Elinor; McKEAN, Margaret. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub-USP, 2001. p. 79-95.
- OSTROM, Elinor; TUCKER, Catherine. Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor (Org.). **Ecosistemas florestais: interações homem-ambiente**. São Paulo: Editora Senac; Edusp, 2009. p. 109-138.
- OSTROM, Elinor; VANWEY, Leah; MERETSKY, Vicky. Teorias subjacentes ao estudo das interações homem-ambiente. In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor (Org.). **Ecosistemas florestais: interações homem-ambiente**. São Paulo: Editora Senac/Edusp, 2009. p. 41-81.

Texto III

# Elinor Ostrom e a economia ecológica: uma nota



**Ihering Guedes Acoforado**

Diretor da Regional Sudeste da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO). Economista e professor do Departamento de Economia Aplicada da UFBA, onde leciona Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente, Economia dos Transportes e Política e Planejamento.  
E-mail: ihering@ufba.br



“What I attempt to do is to combine the strategy used by many scholars associated with the “new institutionalism” with the strategy used by biologists for conducting empirical work related to the development of a better theoretical understanding of the biological world (OSTROM, 1990, p. 25).

## Introdução

Considera-se nesta nota que a produção intelectual de Elinor Ostrom visa esclarecer como as características do objeto da política ambiental e as regras institucionais que o agasalham afetam a percepção, a ação e a política ambiental sobre o mesmo. E admite-se que isto é viabilizado graças ao seu *framework* e ao seu *approach*, os quais delineados na sua obra-programa vem sendo testados não só empiricamente, mas também de forma experimental em laboratório (OSTROM, 1990).

O *framework* de Elinor Ostrom é uma contribuição metodológica de síntese que, ao mesmo tempo que ressalta, viabiliza a apreensão dos condicionantes da percepção, da ação e da política, e cria assim as condições de possibilidade da própria análise do processo de formação institucional da política ambiental focado nos recursos de propriedade comum. O *approach* teó-

rico é derivado implicitamente da economia dos direitos de propriedade e instituído por meio de um recorte muito preciso do ‘núcleo duro’ da agenda neo institucionalista contemporânea – a instituição propriedade, detendo-se na propriedade comum (*common-pool resources* – CPRs), a partir da qual problematiza, equaciona, e propõe uma nova mediação institucional da sociedade com o meio ambiente em torno destes recursos.

Junto a estas duas contribuições destaca-se sua orientação ideológica no tratamento da problemática política, a qual se revela em sua inteireza quando consideramos seu programa, neste ponto, como um complemento e uma extensão do programa do seu companheiro, Vincent Ostrom, que, de forma magistral formula a problemática do governo centralizado como operando conforme a lógica do Estado soberano *Hobbeseano*, problemática esta que Elinor Ostrom vai retomar e equacionar por meio de sua fundamentação do auto-governo. Esta per-

cepção permite concluir que seu programa se assenta numa problemática *Hobenseana* equacionada num marco analítico Smithiano (BOETTKE, 2009, OSTROM, 1999, p. 398).

Nesta nota privilegiamos uma abordagem panorâmica destas duas contribuições de Elinor Ostrom, o que é feito a partir da reconstrução das trajetória de formação do seu *framework* e do seu *approach*. E tem em vista argumentar que os desdobramentos destas duas trajetórias fornecem subsídios à construção da Economia Ecológica, a qual é considerada em processo de constituição, ou seja, um “programa”.

Com este propósito, apresentamos a seguir as trajetórias referidas acima. Inicialmente, nos detemos no *framework* de Elinor Ostrom para mostrar que ele resulta da confluência e integração dos *frameworks* das principais correntes da ciência política norte-americana associada, respectivamente: i) a Escola de Virginia, ii) a Escola de Roscheter e iii) a Escola de Indiana/Bloomington, para, depois nos debruçarmos sobre seu *approach* e mostrar que ele é aplicado a uma questão que se encontra no núcleo da agenda institucionalista – a problemática da propriedade – através da qual se estabelece os mecanismos de mediação da sociedade com a natureza. Nos comentários conclusivos chamamos atenção para algumas linhas de força presente nestas contribuições que poderão ser instrumentalizadas no processo de constituição da Economia Ecológica.

## 1. A trajetoria de formação do *framework* de Elinor Ostrom

A despeito de Elinor Ostrom ter sido agraciada com o Prêmio Nobel de Economia é necessário ter claro que sua relação com a economia (*economics*) dá-se de forma indireta, ou seja, por intermédio do seu campo de atuação: a ciência política. Este campo é nos Estados Unidos uma expressão emblemática de uma área de conhecimento que se renova a partir da assimila-

ção do quadro teórico da economia, e, é por isto que, no nosso entendimento, faz sentido adentrar na obra de Elinor Ostrom, por meio do seu posicionamento diacrônico no campo em tela.

No cenário atual da ciência política norte-americana algumas características se sobressaem. i) Na Escola de Virginia (*Public Choice*), associada ao nome de Tullock e Buchanan (com a contribuição de Vicente e Elinor Ostrom nos seus primórdios) a característica saliente é a ênfase na análise realista do processo de decisão política modelado como um mercado, ou seja, trata do processo político no âmbito da política (*politics*); ii) na Escola de Rochester (*Social Choice*) associada ao desafio formulado por K. Arrow por meio do seu Teorema da impossibilidade do estabelecimento da preferência social, o aspecto de destaque é a preocupação com o estabelecimento de regras específicas que institucionaliza o processo de decisão política (*polity*), e, por fim, iii) a Escola de Virginia/ Bloomington a qual se vincula Elinor Ostrom, se ressalta o foco de análise nas instituições do processo político, ou seja, se aninha na esfera da política (*policy*), âmbito no qual julga possível transformar a “tragédia dos *commons*” desvelada para o grande público por G. Hardin, em um “dilema *commons*”, no que não dispensa o suporte do governo na criação das condições de possibilidade do auto-governo.

Para avançar nesta linha de argumentação que parte de uma Elinor Ostrom “estatista” é necessário ter em mente que ela empurra as fronteiras da Escola de Indiana/Bloomington, tanto pelo seu “desvio” do institucionalista/anti-estatista do ultra-liberalismo que viceja no seu entorno, como pelo desenvolvimento do seu *framework* estabelecido por meio de uma “acrobacia metodológica”, a qual se manifesta, inicialmente, por meio de um afastamento da Escola da Escolha Pública focada na política competitiva (*politics*) e da Escola de Rochester voltada para a política constitucional (*polity*), para privilegiar nas suas análises a política governamental (*policy*), para depois, fazer uma in-

tegração sintética das três correntes, um exercício de síntese que marca seu *framework*.

### 1.1. A Integração Sintética.

Vicente Ostrom é um entusiasta da síntese nos estudos das instituições, e Elinor Ostrom opera deste programa elaborando uma síntese de uma dimensão do campo da ciência política e é isto que passamos a apresentar por meio da reconstrução do seu procedimento em duas etapas. Na primeira etapa, mostramos o procedimento que adotou para afastar a Escola de Indiana/Bloomington das Escolas de Virignia e de Rochester, criando as condições para o que chamamos sua “contribuição primária”. O procedimento foi o seguinte: inicialmente, direciona sua análise para o processo de desenho e implementação da política (*policy*), enfatizando a instituição propriedade que, junto com o contrato e a responsabilidade, constituem o núcleo duro do direito civil, o objeto preferencial da Nova Economia Institucional. Ou seja, Ostrom tal como os neoinstitucionalistas, se alinha no âmbito do direito privado, o que explica, em parte, sua inclinação a soluções privatistas.

Graças a esta acrobacia e a esta “afinidade eletiva” com os institucionalistas, pode-se inferir que não foi uma mera coincidência que Elinor Ostrom tenha dividido o prêmio Nobel com Olivier Williamson, pois, esta dupla premiação, na verdade sinaliza um reconhecimento recorrente da comunidade dos economistas à contribuição neoinstitucionalista ao campo da política como manifesta na prévia premiação de Ronald Coase, James Buchanan e Douglas North. E, não sendo uma coincidência, é necessário apontar os pontos de convergência e divergência entre estas duas faces do neoinstitucionalismo contemporâneo: Elinor Ostrom e Olivier Williamson.

A contribuição de Olivier Williamson, por exemplo, apóia-se numa visão contratualista das organizações para alterar radicalmente a

percepção, a ação e a forma de conceber a governança, o que foi utilizado como argumento pela Academia de Ciência para conceder o Prêmio Nobel. Enquanto que a contribuição de Elinor Ostrom aponta para uma mudança de igual radicalidade no âmbito dos direitos de propriedade, destacando as possibilidades em latência do regime de propriedade comum, não só por meio de sua crítica teórica ao entendimento estabelecido em torno da tragédia dos *commons* tal como expresso por G. Hardin, mas principalmente por meio dos inúmeros estudos empíricos e em laboratórios realizado por seu grupo que evidenciam as vantagens do regime de propriedade comum nas estratégias de exploração sustentável dos recursos naturais de propriedade, de onde a questão que se coloca para ela é como criar uma estrutura de governança que permita o estabelecimento e o manejo deste direito de propriedade, o que foi enfrentado a partir do aporte da ciência política (procedimento que será assunto da próxima unidade depois da apresentação do segundo movimento de constituição do seu *framework* derivado do campo da ciência política focado na análise das “arenas de escolha”, ou melhor, na integração das arenas de escolhas das três Escolas referidas acima).

### 1.2. A Unidade de Análise de Elinor Ostrom

O segundo movimento é um procedimento que, quando reconstruído tendo como foco sua unidade de análise política: a “arena de escolha” desvela as sutilezas da integração analítica dos diferentes agentes e das distintas jurisdições não só de forma vertical, por meio da integração das diferentes escalas, mas também de forma horizontal, quando envolve distintos agentes numa escala. O resultado desta integração é a fundamentação de uma estrutura de governança que, para ser eficiente e eficaz requer que se incorpore no processo de formulação e implantação das políticas, os detentores dos recursos e dos saberes nas mais diversas escalas e jurisdições.

As sutilezas técnicas e políticas deste procedimento patenteiam-se quando se analisa sua unidade de análise política: a “arena de escolha”, a qual é concebida como um *mix* de “escolha coletiva” e da “escolha constitucional” proposta pela Escola de Roscheter e pela Escola de Virgínia, mais a “escolha operacional” da Escola de Virigina/ Bloomington. Segundo Elinor Ostrom, na “arena da escolha coletiva” estabelecem-se as regras que definem e restringem as atividades operacionais dos cidadãos e dos servidores públicos. Na “arena de escolha constitucional” se estabelecem os acordos sobre as regras que determinam os procedimentos de mudanças das regras de escolha coletiva. E, por fim, na “arena da escolha operacional” se dão as ações concretas que são realizadas pelos indivíduos mais diretamente afetados ou pelos funcionários públicos, e cujo ação impacta o mundo de forma explícita.

O *framework* proposto e manejado por ela e por seu grupo opera com a distinção dos diferentes modos de interação das arenas de escolha, considerando que cada forma de interação pode ocorrer em todas as diferentes escalas, de forma que neste *framework* o crucial é a natureza da atividade que ocorre em diferentes contextos ou em diferentes momentos, daí a opção semântica de Elinor Ostrom nomear a unidade de análise de arena de escolha (*arena of choice*) e não de níveis de análise (*levels of analysis*), como é corrente no âmbito da análise geográfica que enfatiza as escalas.

Para uma devida apreensão deste *framework* é necessário ter em mente que a integração das três arenas de escolhas é alcançada quando os atores em cada arena inserem-se, no que ela chama de *action situation*, cujas opções estratégicas e papéis são definidos pelas restrições físicas, pelos atributos comunitários e pelo ambiente institucional, de forma que a depender da escala considera-se diferentes atores e distintas problemáticas: o nível individual de análise é baseado na conceitualização da cognição humana, enquanto que no nível organizacional o

foco se desloca para os modelos de inércia organizacional ou política burocrática e assim por diante. Enfim, numa *action situation* desliza-se por diferentes níveis de agregação que envolve diferentes tipos de atores, exibindo diferentes padrões de comportamento. Atente-se que os resultados dos processos de escolhas em uma arena produz padrões de interações que condicionam a natureza das interações nas outras arenas (em especial nas arenas “mais baixas”).

Em resumo, a unidade de análise de Elinor Ostrom é um *mix* das três “arenas de escolhas” as quais funciona como o objeto privilegiado de seu *framework* institucional (*institutional analysis and development, IAD*). E, é por isto que, para Elinor Ostrom, as instituições importam na análise do processo político, isto é, elas vinculam as arenas de escolhas, estabelecendo os papéis exercidos pelos atores individuais e coletivos e assim determinam os custos e benefícios percebidos das estratégias alternativas, condicionando as escolhas políticas de níveis mais elevados (McGINNIS, 2000; OSTROM, GARDNER, & WALKER, 1994; KISER & OSTROM, 2000, OSTROM, TIEBOUT & WARREN, 1961).

Em resumo: a trajetória do *framework* de Elinor Ostrom parte de uma integração sintética das contribuições metodológicas das três correntes da ciência política contemporânea: a Escola de Virginia, focada na política competitiva (*politics*), a Escola de Rochester voltada a política constitucional (*polity*), e a escola de Indiana/Bloomington dedicada à política governamental (*policy*), para em seguida associar a cada um desses objetos uma arena de escolha e em seguida integrá-los analiticamente. A originalidade dessa análise consiste em que, até então, a essência de um jogo no sentido técnico era entendido como definindo pelas interações entre participantes com algumas diferenças de interesses, enquanto que com os jogos policêntricos subjacentes ao *framework* de Elinor Ostrom passa-se a considerar na determinação do processo de desenho e implantação da política, não só os participantes e seus interesses,

mas também os próprios jogos concorrentes implícitos nas escolhas: operacional, coletiva e constitucional, e é esse jogo que passa a ser objeto privilegiado na análise deste processo.

## 2. O *approach* de Elinor Ostrom

Posto o framework analítico, passemos para seu *approach*, a partir do qual Elinor Ostrom transforma a sobrexploração dos recursos naturais de propriedade comum numa nova problemática teórica, o que é possível graças um “corte epistemológico” com a compreensão expressa por G. Hardin, que, mesmo formulando através de uma metáfora vai mobilizar Elinor Ostrom e seu grupo, que vão criticar a visão de Hardin em diversos planos: empírico, teórico, antropológico.

Assim, desmontado o “obstáculo epistemológico” que se colocava no seu caminho, ela busca estabelecer seu *approach* ancorado numa nova “problemática teórica” e, para tanto, opta por uma reconstrução histórica das abordagens vigentes a esta questão, e com este propósito revisita as contribuições da tradição pessimista, que tem seu coroamento em Hardin, para contrapô-la à contribuição da tradição otimista (DIETZ et al, 2002). E, incorporando o espírito otimista desta última, recupera a tradição das análises formais associadas aos economistas precursores de Hardin, a partir dos quais cria a ancoragem do seu *approach* aos processos de construção e implantação das políticas, de um lado, nos ensinamentos da análise microeconômica manejados pelos cientistas políticos, e, do outro lado, nos conhecimentos gerados pelas ciências ambientais (GORDON, 1954; SHAEFFER, 1975).

Este giro revela suas possibilidades graças ao tratamento escalar das instituições que enquadram as estruturas dos sistemas sócio-ecológicos, por meio do que Elinor Ostrom: i) chama atenção para as limitações das macroanálises cujo “radar” não detecta o papel decisivo dos agentes locais (GIBSON, McKEAN &

OSTROM, 2000); ii) ressalta a importância nas sociedades democráticas do envolvimento dos detentores de conhecimentos tácitos aplicáveis tanto no desenho como na operação das políticas e; iii) apresenta uma compreensão bastante flexível da propriedade, em oposição aqueles que advogam o uso de um tipo particular de propriedade (BASURTO & OSTROM, 2008).

O resultado é que Elinor Ostrom, processando de forma equilibrada os conhecimentos da microeconomia da propriedade e das ciências ambientais, como enunciado na epígrafe, nos passa a seguinte mensagem: todo tipo de propriedade pode ser um sucesso ou um fracasso, a depender do tipo de sistema sócio-ecológico (SSE) e dos atributos do sistema e do usuário, de forma que o sucesso de um determinado arranjo institucional, com o tempo e a conseqüente mudança na estrutura do SSE resultante do próprio sucesso, pode deixar de ser um sucesso e passar a ser um fracasso, se não existir um conjunto de regras que permita uma adequação, uma plasticidade no arranjo institucional (OSTROM, 2009).

Em função do exposto acima e, admitindo-se que à Economia Ecológica é um programa de pesquisa que tem como telos uma nova abordagem à relação não só do homem com a natureza, mas também entre os homens e, tendo-se em conta que a expressão Economia Ecológica, como já foi referido acima, tem um duplo sentido: um de natureza conceitual que nos leva a tomar a Economia Ecológica (*Ecological Economics*) como uma área de conhecimento, e, o outro de natureza histórico-político que nos leva a considerar a Economia Ecológica (*Ecological Economy*) como um processo histórico a ser gerido politicamente, infere-se que, para a realização deste programa, se torna imperativo uma nova institucionalização dos mecanismos de mediação da sociedade com a natureza, ou seja, um novo regime de propriedade, no qual a propriedade comum é considerada não como parte do problema, mas como parte da solução institucional da problemática

associada ao acesso aos recursos de propriedade, em muitas situações.

### 3. Comentários conclusivos

A originalidade da contribuição de Ostrom é a compreensão das condições de possibilidade de auto-governo que está, em parte, na natureza do seu argumento institucionalista. Ela parte de uma distinção dos direitos de propriedade e das regras pertinentes, ou seja, aquelas usadas para criar e fazer cumprir os direitos de propriedade, e sublinha, que os direitos de propriedade e as regras informam nossa percepção dos problemas de degradação dos recursos e, em decorrência as prescrições para resolver os referidos problemas. Daí ela chama a atenção, primeiro, para o direito estabelecido no nível operacional, por meio do qual se pode assegurar o acesso físico ao bem e aos seus frutos e, depois, o direito formalizado a nível da escolha social, por meio do qual se assegura a participação na definição dos direitos futuros (SCHLAGER & OSTROM, 1999, pp. 87 e 89; OSTROM, 1999, p. 178/179).

E, apoiada nesta constatação, ancora sua fundamentação do auto-governo num duplo

exercício dos direitos subjetivos estabelecidos no âmbito da propriedade: i) o direito ao acesso físico e aos frutos dos recursos naturais, e, o mais importante, ii) o direito a definir os direitos futuros de acesso físico e aos frutos adequados às novas realidades futuras.

Esta democratização radical dos direitos de propriedade que se encontra na base do *approach* e do *framework* de Elinor Ostrom, em conjunção com os jogos policêntricos e a sua modelagem do processo político em múltiplas escalas inseridas no seu *framework* configuram as condições de possibilidade de não só análise desta transição na direção a uma Economia Ecológica, mas também da configuração da própria Economia Ecológica. Em função disto acreditamos que as duas contribuições de Elinor Ostrom apresentadas nesta nota: o *framework* e o *approach*, constituem dois tijolos na institucionalização da mediação da sociedade com a natureza, necessária à fundamentação institucional da Economia Ecológica, entendida como um duplo programa: *Ecological Economics* – um quadro analítico – e, a *Ecological Economy* – um quadro empírico.

#### 4. Referências Bibliográficas

- ALIGICÁ, Paul Dragos & BOETTKE, Peter. 2009. **Challenging Institutional Analysis and Development: The Bloomington School**. Taylor & Francis.
- BANDYOPADHYAY, Jayanta, CHOPRA, Kanchan, DSGUPTA, Purnamita e GHOSH, Nilanjan. 2009. A Nobel for the Commons: A Tribute to Elinor Ostrom. **Economic and political Weekly**, v. XLIV, nº 45, pp. 16/18.
- BARSUTO, Xavier & OSTROM, Elinor. 2009. *Beyond the Tragedy of the Commons*. **Workshop in Political Theory and Policy Analysis**, Indiana University, Bloomington WORKING PAPER.
- BOETTKE, Peter. 2009. Elinor Ostrom's Nobel Prize in Economics: *Why Those Value Liberty Should Rejoice*. In: <http://fee.org/articles/elinor-ostroms-2009-nobel-prize/> (acessado em 9/12/2009).
- BLOMQUIST, William & OSTROM, Elinor. 1999. *Institutional Capacity and the Resolution of a Common dilemma*. In: McGINNIS, Michael Dean (Ed.) **Polycentric governance and development: readings from the Workshop in Political Theory and Policy Analysis** (Institutional analysis Materials in Landscape Architecture and Site Design Series) University of Michigan Press, pp 60-73.
- DIETZ, Tomas, DOLSAK, Nives, OSTROM, Elinor & STERN, Paul. 2002. **The Drama of the Commons – A short intellectual history of the field**. National Research Council, pp. 3-36.
- GIBSON, Clark, McKEAN Margaret & OSTROM, Elinor. 2000. *Explaining Deforestation: The role of local institutions*. In: **People and forests: communities, institutions, and governance**. Massachuschet: The MIT Press, pp. 1-26.
- GORDON, H.S. 1954. *The Economic Theory of a Common-Property Resource: The fishery*. **Journal of Political Economy**, (62): 124-142.
- KISER, L.L & OSTROM, Elinor. 2000. *The three worlds of action: a metatheoretical synthesis of institutional*. In: McGINNIS, Michael Dean, (Ed) **Polycentric Games and Institutions**. **The University of Michigan Press**, Ann Arbor, MI, pp. 57-88.
- OSTROM, Elinor, GARDNER, Roy & WALKER, James. 1994. **Institutional Analysis and Common-Pool Resources in Rules, games, and common-pool resources**. The University of Michigan Press.
- OSTROM, Elinor. 1990. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press.
- OSTROM, Elinor. 2009. *The Governance Challenge: Matching institutions to the structure of social-ecological systems*. In LEVIN, Simon, (Ed) **The Princeton Guide to Ecology**. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- OSTROM, Vincent. 1999. *Artisanship and Artifact*. In: McGINNIS, Michael Dean (Ed.). **Polycentric governance and development: readings from the Workshop in Political Theory and Policy Analysis** (Institutional analysis Materials in Landscape Architecture and Site Design Series) University of Michigan Press, pp. 377-393.
- OSTROM, Vincent. 1999. *Problems of Cognition as a Challenge to Policy Analysts and Democratic Societies*. In: McGINNIS, Michael Dean (Ed.). **Polycentric governance and development: readings from the Workshop in Political Theory and Policy Analysis** (Institutional analysis Materials in Landscape Architecture and Site Design Series) University of Michigan Press, pp 394-416.

- OSTROM, Vincent. 1999. *A Forgotten Tradition: The Constitutional Level of Analysis*. In: MCGINNIS, Michael Dean (Ed.). **Polycentric governance and development: readings from the Workshop in Political Theory and Policy Analysis** (Institutional analysis Materials in Landscape Architecture and Site Design Series) University of Michigan Press, pp. 151/160.
- OSTROM, Vincent. 1999. *Criptoimperialism, Predatory States, and Self-Governance*. In: MCGINNIS, Michael Dean (Ed.). **Polycentric governance and development: readings from the Workshop in Political Theory and Policy Analysis** (Institutional analysis Materials in Landscape Architecture and Site Design Series) University of Michigan Press, pp. 166-185.
- OSTROM, Vincent; FEENY David; PITCH Hartmut (Editores). **Rethinking institutional analysis and development: issues, alternatives, and choices Autores**. EditorialCS Press, 1993.
- OSTROM, Vincent & OSTROM, Elinor. 2000. *Developing a Framework for the Analysis of Institutions. Public Choice: A Different Approach to the Study of Public Administration*. In: MCGINNIS, Michael Dean (Ed). **Polycentric Games and Institutions: Readings from the Workshop in Political. Theory and Policy Analysis**. University of Michigan Press, pp. 34-55.
- OSTROM, Vincent, TIEBOUT, Charles & WARREN Charles. 1961. **Polycentricity and Local Public Economies**. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- SCHAEFER, M.B. 1957. *Some considerations of population dynamics and economics in relation to the management of commercial marine fisheries*. **Journal of the Fisheries Research Board of Canada**, pp. 669-681.
- SCHALAGER, Edella & OSTROM, Elinor. 1999. *Property Rights and Coastal Fisheries: An empirical analysis*. In: MCGINNIS, Michael Dean (Ed.). **Polycentric governance and development: readings from the Workshop in Political Theory and Policy Analysis** (Institutional analysis Materials in Landscape Architecture and Site Design Series) University of Michigan Press.
- WILLIAMSON, Olivier. 1996. *Transaction-Cost Economics: The Governance of Contractual Relations*. In: BUCKLEY, Peter & MICHIE, Jhonathan (Ed). **Firms Organizations and Contracts**. Oxford University Press.

Texto IV

# Governança Econômica (Economic Governance)



**George Maha**

Tradução de George Maha  
Bacharel em Relações Internacionais  
pelo Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB  
E-mail: [george.maha@gmail.com](mailto:george.maha@gmail.com)

Disponível em: [http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/2009/ecoadv09.pdf](http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2009/ecoadv09.pdf)

No resumo do texto científico para o prêmio ([http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/2009/ecoadv09.pdf](http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2009/ecoadv09.pdf)), o comitê de seleção constata a respeito do trabalho de Ostrom: “Conjunto de recursos comuns (*Common-pool resources* - CPRs) são recursos que podem ser acessados por mais de um indivíduo, mas cujo consumo por pessoa reduz a disponibilidade de recursos para outros. Exemplos importantes incluem estoques de peixes, pastagens e madeira, bem como, água potável e água para irrigação. Em uma escala maior, o ar e os oceanos são recursos comuns.

Alguns conjuntos de recursos comuns existem primeiramente devido a propriedades tecnológicas do recurso. Por exemplo, dificuldades no controle do uso de recursos de povos previnem a transformação de um conjunto de recursos comuns em um recurso privado.

Entretanto, nem todos os custos de acesso restrito são estritamente tecnológicos. Há também casos em que os conjuntos de recursos comuns poderiam ser lucrativamente privatizados e o acesso ser facilmente controlado, mas que as tentativas de privatização falham porque

os usuários não conseguem concordar sobre os termos. Por exemplo, bacias hidrográficas e reservatórios de petróleo são frequentemente localizados debaixo de terras que pertencem a vários donos diferentes. Mesmo que estes donos, como um grupo, se beneficiem em consolidar a exploração sob o guarda chuva de uma única firma, pode ser bastante difícil alcançar um acordo particular sobre a divisão do excedente (ver exemplo Libecap e Wiggins, 1984, 1985). De forma geral uma combinação de fatores tecnológicos e institucionais determinam se os recursos são gerenciados como propriedades comunais.

A sobre-exploração de conjuntos de recursos comuns é um problema bastante conhecido, que tem ocupado pensadores sociais por pelo menos dois milênios e provavelmente mais. Usuários individuais podem ter fortes incentivos privados para agir de formas prejudiciais para o grupo como um todo. Análises formais primárias sobre este problema se devem a Warming (1911) e Gordon (1954), que estudaram o caso especial do acesso aberto, ou seja, quando há o ingresso de usuários até o ponto em que o benefício marginal se equivale ao custo marginal do

último indivíduo que ingressou. O caso de um número fixo de usuários foi mais tarde estudado por Clark (1976) e Dasgupta e Heal (1979). Os modelos fornecem condições plausíveis, pelo menos sob a simples mas restritiva suposição de que os usuários interagem somente em um único período, sob o qual o uso do excedente é o único resultado de equilíbrio.

Mais de quarenta anos atrás, o biólogo Garrett Hardin (1968) observou que a sobre-exploração de conjuntos de recursos comuns aumentou rapidamente pelo mundo e gerou o problema com um título capcioso e relevante: “A Tragédia dos Commons”.

Na economia foram sugeridas duas soluções básicas para o problema dos conjuntos de recursos comuns. A primeira é a privatização. As formas viáveis de privatização dependem de tecnologias disponíveis para a mensuração e controle. Por exemplo, se o monitoramento detalhado da apropriação é proibitivamente caro, a privatização eficaz deverá requerer a concentração da posse nas mãos de um ou de poucos agentes.

Uma solução alternativa, geralmente associada com Pigou (1920), é deixar o governo central se apropriar do recurso e arrecadar impostos. Esta solução inicialmente implica coerção no sentido de que usuários originais sejam desprivilegiados. Mas sob circunstâncias ideais – especialmente de custos zero de monitoramento e pleno conhecimento das preferências dos apropriadores – os impostos serão os mesmos que os preços de um mercado eficiente. Sob tais circunstâncias ideais, há também, ao invés disto, uma solução equivalente para o problema baseado nas quotas (Dasgupta and Heal, 1979).

Coase (1960) argumentou que a solução pigoviana só funciona na teoria porque os problemas reais são presumidos. A taxação é uma solução perfeita na ausência de custos de transação, mas a regulamentação governamental por si só é desnecessária neste caso. Na ausência de custos,

os acordos privados entre as partes se preocuparam com a sua satisfação para atingir a eficiência. Deste modo, se é possível determinar que os impostos ou as quotas sejam inteiramente eficientes, deve ser também possível para os usuários negociarem o resultado ótimo.

Coase insistiu que o caso dos custos zero de transação é uma construção puramente teórica. Na prática, todas as formas de governança têm custos. O desafio real é comparar as diversas ordens privadas e públicas enquanto se leva em conta todos os custos relevantes de transação. Dependendo dos custos de transação, o mercado, a firma ou o governo pode constituir o melhor mecanismo de governança.

Uma terceira solução – previamente descartada por maioria dos economistas – é reter o recurso como uma propriedade comunal e deixar que os usuários criem seus próprios sistemas de governança. Em seu livro *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action* (1990), Elinor Ostrom contesta a presunção de que a governança de propriedades comunais necessariamente implica em uma “tragédia”. Após resumir muito da evidência disponível sobre o gerenciamento de conjuntos de recursos comuns, ela descobriu que os próprios usuários procuram regras e mecanismos de coação que os habilitem a sustentar resultados toleráveis. Pelo contraste, as restrições impostas governamentalmente são geralmente contraproducentes porque autoridades centrais têm legitimidade insuficiente e carecem de conhecimento sobre condições locais. De fato, Ostrom aponta vários casos onde a intervenção do governo central tem criado mais caos do que ordem.

## As contribuições de Ostrom

Ostrom baseia, primeiramente, as suas conclusões em estudos de casos. Durante estes anos, o campo de trabalho de Ostrom trouxe foco a alguns casos, começando com a sua dissertação de doutorado em 1965. Aqui ela estu-

dou o empreendedorismo institucional envolvido no esforço de parar a entrada de água salgada em uma bacia subterrânea em partes da área metropolitana de Los Angeles.

Entretanto, poucos estudos de caso raramente permitem amplas generalizações. A chave para as descobertas de Ostrom foi ao invés disto a compreensão, quase vinte anos mais tarde, de que haviam milhares de estudos de casos detalhados sobre o gerenciamento de CPRs, e que maioria deles foram escritos por autores interessados em apenas uma ou um pequeno conjunto de casos.

Ao coletar e comparar estes estudos isolados, deve ser possível fazer inferências substancialmente mais fortes. Na maioria dos casos, as comunidades locais conseguiram gerenciar CPRs, algumas vezes por séculos, mas Ostrom também presta bastante atenção a casos mal sucedidos. Ostrom estuda empiricamente ambas as regras que emergem quando as comunidades locais se organizam para lidar com problemas de conjuntos de recursos comuns e com os processos associados com a evolução e o reforço destas regras. Ela documenta que a organização local pode ser notavelmente eficiente, mas também identifica casos onde recursos desabaram. Tais estudos de caso ajudam a clarear as condições sob os quais a governança é viável. Eles também destacam circunstâncias sob as quais nem a privatização nem a apropriação do Estado funcionam tão bem como as análises econômicas padrões sugerem.

A fim de interpretar seu material, Ostrom faz o uso extensivo de conceitos da teoria de não cooperativos, especialmente a teoria de jogos repetitivos, associada com Robert Aumann, que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2005. Já em 1959, Aumann provou resultados significativamente poderosos em relação à quanto a população beneficiária é capaz de cooperar. Mas levou um longo tempo antes que alguém fizesse a conexão entre estes resultados matemá-

ticos abstratos e a viabilidade do gerenciamento CPR. Além de que, mesmo quando os teóricos desenvolviam tais relacionamentos (exemplo, Benhabib e Radner, 1992), seus resultados eram frequentemente ignorados.

Durante os anos, os teóricos de jogos forneceram uma crescente relação de condições exatas, sob os quais a plena cooperação é viável, em ajustes altamente estruturados entre indivíduos, tanto com capacidades cognitivas ilimitadas (e.g., Mailath e Samuelson, 2006), quanto com mínimas capacidades cognitivas (e.g., Nowak, 2006). Em torno de 1990 e de certa forma até hoje a teoria tinha pouco a falar sobre o nível de cooperação aceitável entre indivíduos com capacidades cognitivas plausíveis dentro dos ajustes estruturados a certa medida pelos próprios participantes. Assim, os dados de Ostrom não puderam ser utilizados para testar qualquer modelo particular de teoria dos jogos. Entretanto, como podemos ver, os dados fornecem uma valiosa inspiração para o desenvolvimento de tais modelos.

## Principais descobertas

Sob suposições plausíveis acerca das ações disponíveis para os usuários de recursos, o raciocínio dos jogos repetitivos indica que a cooperação se torna mais difícil a medida em que se aumenta o tamanho do grupo de usuários, ou a medida em que o horizonte de tempo dos usuários decresce devido, por exemplo, à migração. Estas previsões são largamente concebidas pelos estudos empíricos de Ostrom. Entretanto, uma questão mais interessante é se – quando estes fatores são mantidos constantes – alguns grupos de usuários são melhor capazes de cooperar do que outros. Isto é, há princípios de desenho que podem ser elucidados do material do caso?

Ostrom propõe vários princípios para o gerenciamento efetivo de CPR. Alguns deles são bastante óbvios, pelo menos com a ajuda da história. Por exemplo, (i) regras devem claramente definir quem tem que direito, (ii) mecanis-

mos adequados de resolução de conflitos devem estar em ordem, e (iii) o dever de um indivíduo para manter o recurso deve estar em proporções razoáveis com os benefícios.

Outros princípios são ainda mais surpreendentes. Por exemplo, Ostrom propõe que (iv) o monitoramento e a aprovação deve ser conduzido pelos próprios usuários ou por alguém que seja responsável pelos usuários. Este princípio não apenas desafia as noções convencionais pelo qual a coação é deixada para agentes externos imparciais, mas também levanta uma relação de questões, como porque exatamente os indivíduos estão dispostos a fazer monitoramentos e aprovações caras. Os custos são geralmente privados, mas os benefícios são distribuídos pelo grupo inteiro, então uma pessoa materialista egoísta pode hesitar em se engajar no monitoramento e na aprovação, ao menos que os custos sejam baixos ou que hajam benefícios diretos da aprovação. Ostrom (1990, pp. 94–98) documenta instâncias de baixos custos, bem como, retornos externos por punições. Entretanto, de Ostrom, Walker e Gardner (1992) adiante, ela veio para rejeitar a idéia de que a punição é sempre levada por benefícios externos; os motivos intrínsecos de reciprocidade também desempenham um importante papel.

Outro princípio de desenho não trivial é que (v) as sanções devem ser moderadas para uma primeira violação e mais rígidas a medida que as violações são repetidas.

Ostrom também descobre que (vi) a governança é mais efetiva quando os processos de decisão são democráticos, no sentido de que a maioria dos usuários tem a permissão e participar na alteração das regras e quando (vii) o direito dos usuários para se auto-organizarem é claramente reconhecido por autoridades externas.

Em *Governing the Commons*, bem como nas últimas publicações, Ostrom documenta e discute tais princípios e porque elas contribuem

para resultados esperados. Mesmo que estes princípios de desenhos não forneçam uma solução fácil para os geralmente complexos problemas de política envolvidos, em casos ali onde eles estejam ali atendidos, “os problemas de ação coletiva e de monitoramento tendem a ser resolvidos como forma de fortalecimento” (Ostrom, 2005, p. 267).

Além disso Ostrom identifica princípios de desenho que são aplicáveis mesmo sob privatização ou governança estatal. Por exemplo, resultados positivos sempre parecem ser mais fáceis a alcançar quando o monitoramento é direto e Ostrom cuidadosamente traça a forma como o monitoramento pode ser simplificado em conjuntos de recursos comuns. Por exemplo, restrições de calendário (temporadas de caça, etc.) são geralmente mais fáceis de monitorar do que restrições de quantidade.

Uma lição final dos vários estudos de caso é que a cooperação em larga escala pode ser gradativamente acumulada de baixo para cima. As atividades de apropriação, fornecimento, monitoramento, coação, resolução de conflitos e governança podem ser organizados em múltiplas camadas de empresas aninhadas. Uma vez que um grupo tenha um conjunto de regras em bom funcionamento, ela está na posição de colaborar com outros grupos, eventualmente encorajando a cooperação junto a um grande número de pessoas. A formação de um grande grupo sem primeiro formar grupos menores é mais difícil.

É desnecessário dizer que a pesquisa de Ostrom também instiga uma série de novas questões. É importante investigar se a cooperação deve ser construída por baixo ou se as outras abordagens são viáveis no manejo de problemas de larga escala. Consequentemente, nos últimos anos Ostrom tem levado a frente a questão se as lições de pequenos comunais locais podem ser explorados para se resolver os problemas de maiores e até globais comunais (exemplo, Dietz, Ostrom, e Stern, 2003).

Texto V

## Biografia de Elinor Ostrom



**Letícia Salles**

Bacharel em Relações Internacionais  
pelo Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB.  
E-mail: [george.maha@gmail.com](mailto:george.maha@gmail.com)



Elinor Ostrom nasceu em Los Angeles, em 1933, a tempo de crescer em meio à escassez de recursos resultante da Grande Depressão. Sua vida foi cercada de desafios, desde a gagueira, superada ao entrar para o grupo de oratória no ensino médio, até e, principalmente, seguir seus estudos de forma incomum às mulheres da época.

Por onde passou, Ostrom deixou um pouco de sua visão inovadora. Ao formar-se em Ciências Políticas – com honras – pela *University of California, Los Angeles* (UCLA) em 1954, foi trabalhar no departamento de RH de um escritório de advocacia em Boston.



Elinor Ostrom

Quando iniciou, havia apenas brancos cristãos dentre os funcionários. Na sua saída, três anos depois, já era possível observar diversidade étnica e religiosa na equipe.

Elinor voltou para a UCLA para trabalhar também em seu departamento de RH e, uma vez na universidade, decidiu cursar uma matéria por semestre do mestrado em Administração Pública. Fascinada pela área, deixou o trabalho e retornou aos estudos da Ciência Política. Sua dissertação foi realizada na área de Gestão de Recursos Hídricos, problema latente na época, em Los Angeles. Concluiu o mestrado em 1962 e em 1965 recebia o título de PhD. No curso conheceu seu então futuro marido Vicent, que mais tarde foi alocado no departamento de Ciência Política da Universidade de Indiana.

Ao chegar na *University of Indiana*, Ostrom conseguiu a oportunidade de lecionar em uma disciplina introdutória (Introdução ao Governo Americano), três vezes por semana. Em um de seus primeiros projetos, no entanto, Elinor Ostrom analisou um recurso também comum, ainda que não ambiental: a polícia, apresentando resultados que serviram de base para a tomada de decisões sobre a centralização de departamentos.

Em 1969, o casal Ostrom iniciou um seminário semanal para a discussão de tópicos que passavam por diferentes áreas, como economia, política, sociologia. A partir dos seminários e da idéia que possuíam de “esculpir” o discente, como uma peça de artesanato, foi criado em 1973 o *Workshop* em Teoria e Análise Política, abordando o tema de maneira interdisciplinar. Em 1981, o *Workshop* aproximou-se do Centro de Pesquisa Interdisciplinar em Bielefeld, Alemanha, que ajudou Ostrom a ganhar notoriedade internacional.



Courtesy of Tyagan Miller Photography

Após participar de um estudo do *National Research Council* sobre recursos do tipo *common-pools*, Elinor Ostrom iniciou o

estudo de exemplos de bens comuns por todo o mundo. Deparando-se com o resultado que não havia uma resposta simples, mas que todas as formas de gestão tinham seus erros e acertos, aprofundou-se nas pesquisas, e, em 1990, lançou *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action* (Cambridge University Press, New York).

Em 1986, Ostrom recebeu o *Donald Campbell Award*. Desde então, foram inúmeros os prêmios recebidos, culminando, em outubro de 2009, com o Prêmio Nobel de Economia, partilhado com Oliver E. Williamson.

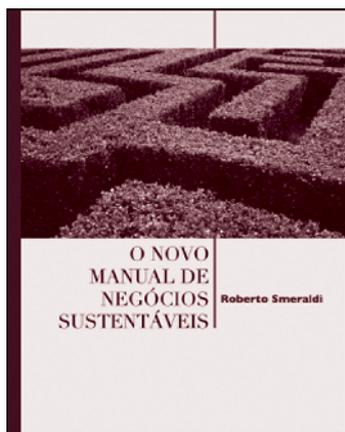
Atualmente, Elinor Ostrom ocupa as posições de *Arthur F. Bentley Professor of Political Science*, diretora de pesquisa sênior do *Workshop in Political Theory and Policy Analysis* e professora, em regime de dedicação parcial, da *School of Public and Environmental Affairs*, todos na *Indiana University*, em Bloomington, EUA. Atua, ainda, como *Founding Director*, no *Center for the Study of Institutional Diversity*, da *Arizona State University*, em Tempe.

#### Fontes:

Elinor Ostrom Curriculum Vitae: <http://www.indiana.edu/~workshop/people/lostromcv.htm>

Zagorski, N. (1996) *Proceedings of the National Academy of Sciences of United States of America*. Vol. 103, n. 51. 19221-19223.

## Resumo do Livro



### O Novo Manual de Negócios Sustentáveis

Roberto Smeraldi  
 Publifolha  
 208 páginas  
 R\$ 59,90

Descarbonização da economia, preservação da resiliência dos ecossistemas e valorização sustentável da biodiversidade não são orientações de política pública às quais, por meio de leis, os agentes privados devem adaptar-se. São os elementos estratégicos fora dos quais a própria sobrevivência da atividade empresarial está seriamente ameaçada. Isso não quer dizer que o empresariado vai espontaneamente integrar-se a esta nova fase ou que seus mercados serão capazes de sinalizar-lhe, em curto prazo, a urgência de alterar radicalmente a maneira como os negócios são concebidos, planejados, executados, geridos e expandidos. Ao contrário, a força do “*business as usual*” é perfeitamente compreensível: um ambiente de negócios é formado

por uma espécie de consenso, tanto no interior das firmas como nas relações entre elas, sobre os procedimentos aceitos como válidos para determinada atividade. O contraste entre o dinamismo dos mercados e a natureza conservadora das organizações que os compõem é um dos temas mais explorados na literatura de economia, sociologia, psicologia e administração de empresas. Coalizões dominantes podem estabilizar suas relações e seu poder em torno de práticas internacionalmente ultrapassadas, mas que ainda oferecem horizonte verossímil de ganhos econômicos. Essas coalizões são abaladas não tanto pela perspectiva de catástrofe apocalíptica, mas pela demonstração da viabilidade de alternativas que têm sempre uma dimensão político-cultural e não apenas mercadológica. Nesse sentido, é um extraordinário sinal dos tempos que o diretor de uma importante organização não governamental brasileira, Amigos da Terra - Amazônia, dirija-se ao empresariado (do dono do quiosque da praia à mineradora, do agricultor familiar ao frigorífico) não com protestos e censuras, mas com recomendações práticas sobre a sustentabilidade de seus negócios. Sustentabilidade, no livro de Smeraldi, não é apenas uma opção ética, uma espécie de fardo adicional sobreposto às inúmeras preocupações que o gestor tem pela frente, um

exercício de boa consciência a ser praticado de forma mais ou menos marginal depois de executadas as tarefas realmente importantes. Ao contrário, uma abordagem socioambiental do uso do conjunto dos recursos pelos quais o gestor responde oferece oportunidades competitivas inéditas. Não se trata de um nicho com atributos especiais e sim de uma concepção sobre como produzir e organizar a gestão das firmas e dos mercados. Os quatro primeiros capítulos do livro mostram a vantagem não só de cumprir, mas de antecipar-se à regulação socioambiental, que terá importância crescente no ambiente de negócios. Essa regulação não será apenas pública, mas também privada, centrada na cadeia de negócios. A Wal-Mart, por exemplo, vai atribuir, nos próximos cinco anos, uma “nota de sustentabilidade” a cada um de seus produtos de varejo. Para isso, vai formular a cada um de seus mais de cem mil fornecedores quinze perguntas sobre as políticas de sustentabilidade, as metas e os procedimentos que colocam em prática. Este pode ser um passo em direção à abordagem dos produtos com base em seu ciclo de vida e numa contabilidade de seus fluxos materiais e energéticos. O *design* e o uso do berço à sepultura (“*cradle to grave*”) vão sendo substituídos pela rota circular que vai do berço ao berço (“*cradle to cradle*”)

## Resumo do Livro

e que transforma detritos e equipamentos obsoletos em fontes de nutrição material para novas linhas produtivas. Utopia? Ao contrário: a empresa Interface revolucionou o mercado de carpetes nos Estados Unidos com base nesse conceito, cortando suas emissões de gases de efeito estufa, desde 1994, em 82%, seu consumo de combustíveis fósseis em 60%, o lixo em 66%, o uso de água em 75%, aumentando o faturamento em 66% e dobrando os lucros. Os fluxos materiais e energéticos dos processos produtivos cada vez menos poderão esconder-se sob a forma de custos ocultos de utilização predatória da natureza. Mas não basta encarar apenas as cadeias produtivas. A sustentabilidade supõe o conhecimento da relação do negócio com o território e o tecido social em que ele se insere. Os capítulos sobre alimentação, energia e floresta mostram que o planejamento apoiado na inserção

socioambiental dos mercados tem muito mais chances estratégicas que o que considera o território como uma espécie de receptáculo neutro. No caso da alimentação, o desafio não consiste simplesmente em produzir mais comida e sim em valorizar a biodiversidade e o potencial de indicações geográficas do país. A exploração florestal sustentada e certificada oferece na Amazônia perspectivas de ganhos econômicos (até aqui subaproveitados) muitas vezes superiores ao seu uso agropecuário, embora parte expressiva da liderança regional insista na eliminação das barreiras legais contra essa exploração insustentável. Depois dos capítulos sobre finanças e consumo (que enfatizam transparência, certificação e rastreabilidade como tendências internacionais dominantes), o livro termina com um roteiro sobre a montagem de negócios e um léxico de grande utilidade. O mais importante no

roteiro é a capacidade de juntar as orientações básicas referentes a foco, avaliação financeira, identificação do mercado e política de preços, com “os fundamentos gerais de um sistema de gerenciamento de risco ambiental e social”. Não basta estabelecer compromissos genéricos com os clientes, com os fornecedores e com a qualidade do que se faz. O futuro dos negócios e da inovação, hoje, está na capacidade de diálogo com os “stakeholders”, no conhecimento do ciclo de vida dos produtos e numa relação com os consumidores em que o que se oferece tenha repercussão social construtiva: mais que orientações práticas, uma agenda para recompor as bases político-culturais das elites empresariais brasileiras.

Por Ricardo Abramovay  
professor titular do departamento de economia da FEA/USP, coordenador de seu Núcleo de Economia Socioambiental e pesquisador do CNPq e da Fapesp.  
([www.econ.fea.usp.br/abramovay](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay))

Lançamento em breve!!!

## **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática** Peter H. May

*Esta segunda edição é uma revisão completa de todos os capítulos presentes na primeira edição, pelos autores originais em colaboração com o organizador. Além disso, reformulou-se a estrutura do livro para refletir a evolução de conceitos e temas ambientais da atualidade nacional, incluindo três novos capítulos com destaque na valoração e mecanismos de compensação pelos serviços da natureza (carbono, água e biodiversidade), a avaliação econômica de usos do solo na floresta amazônica, e o potencial para energia de fontes renováveis. Adicionalmente, reforçou-se a base teórica e metodológica presente na primeira parte do livro, com a adição de dois novos capítulos, sobre o fundamento termodinâmico da economia ecológica e a criação e aplicação de indicadores de sustentabilidade. Finalmente, foi elaborado um capítulo completamente novo sobre o tema de comércio internacional e meio ambiente. O formato didático foi mantido, com a inclusão de exercícios, guias de leitura adicional e um estilo orientado para o uso em cursos dedicados ao tema de economia do meio ambiente na teoria e prática no Brasil.*

Informações: [ecoeco@ecoeco.org.br](mailto:ecoeco@ecoeco.org.br)



## Notícias



Foto: Sidney Murreira

### Fórum Ipea de mudanças climáticas presente na COP 15

O Ipea, por meio de seu Fórum de Mudanças Climáticas, está participando ativamente da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP 15) ocorrido entre 7 a 18 de dezembro, em Copenhague. O Fórum de Mudanças Climáticas contribuiu nas discussões pré-Copenhague em um evento preparatório (ver abaixo) e participa, com representantes enviados, em todo o período da Conferência.

O Fórum Ipea de Mudanças Climáticas estará realizando o acompanhamento permanente da implementação de políticas relacionadas à questão climática, principalmente os acordos e obrigações resultantes da COP 15. Acompanhe e participe das atividades do Fórum, que incluem eventos, pesquisas e estudos relacionados à temática na página do Ipea: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/forum\\_mudanca\\_climatica/index.html](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/forum_mudanca_climatica/index.html).

### Brasil pode influenciar metas dos países na COP 15

Em seminário preparatório no Ipea, representantes brasileiros na conferência sobre o clima discutem suas perspectivas

As metas do Brasil para a redução nas emissões de gases de efeito estufa podem influenciar positivamente os números que serão apresentados por outros países durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP 15), em Copenhague (Dinamarca), em dezembro. A conclusão é dos palestrantes do seminário Brasil Rumo a Copenhague: Perspectivas para a COP 15 de Mudanças Climáticas, realizado pelo Ipea em 24 de novembro.

O embaixador extraordinário para Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores, Sérgio Serra, diz que os números apresentados pelo Brasil são ambiciosos, não apenas nos objetivos de redução da trajetória de emissões, mas também em termos absolutos. “A proposta do Brasil foi bem recebida e poderá influenciar outros países, tanto os desenvolvidos, que até agora têm sido tão modestos nas suas ofertas, quanto os em desenvolvimento.” Segundo a representante do Ministério do Meio Ambiente, Andrea Sousa, a proposta do Brasil foi construída em conjunto pelos ministérios e órgãos de governo com base em estimativas de redução em diferentes setores. O total de redução nas emissões ficará entre 36% a 39% até 2020. Para atingir o objetivo, o País pretende reduzir o desmatamento na Amazônia em 80% no mesmo período. Para o cerrado, o objetivo de redução é de 40%.

### Acordo provável

“O Brasil adotou uma política correta, de ir esticando a corda, ou seja, de se posicionar gradualmente em relação aos acordos a serem tratados”, argumentou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), presidente da Comissão Mista de Acompanhamento das Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, depois de defender que dificilmente a conferência terminará sem acordo.

Ideli disse ainda que o Brasil, além de apresentar números significativos de redução da emissão dos gases de efeito estufa até 2020, poderá chegar a Copenhague com dois projetos de lei que ainda tramitam no Congresso Nacional: a Lei do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e a Política Nacional de Mudanças Climáticas. Para o presidente do Ipea, Marcio Pochmann, é preciso tratar o tema do ponto de vista técnico. “O diálogo com base no conhecimento nos abre melhores oportunidades de desenhar caminhos e opções de políticas”. Para

isso, o Ipea previu, no último concurso público, realizado no final de 2008, vagas específicas para a área da sustentabilidade ambiental.

### O que é o Fórum Ipea de Mudanças Climáticas

O Fórum de Mudanças Climáticas tem como objetivo estimular a sociedade brasileira a debater as mudanças do clima por meio da disseminação de informações acerca dos prováveis impactos desse fenômeno sobre a economia, a sociedade e os recursos naturais no Brasil. Além disso, busca estudar e promover políticas públicas sobre as possíveis medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O Fórum de Mudanças Climáticas tem as seguintes atribuições:

- articular e disseminar informações de estudos e pesquisas sobre as projeções das variações de temperatura, precipitação e elevação do nível do mar nas diferentes regiões do Brasil;
- regiões brasileiras;
- propor métodos de valoração para a mensuração dos impactos provenientes de mudanças climáticas no Brasil;
- analisar possíveis medidas de mitigação e de adaptação decorrentes das mudanças climáticas;
- promover a independência e o rigor acadêmico na análise dos dados e das informações, gerando um ambiente favorável de diálogo e consenso entre os envolvidos em âmbito nacional e internacional.
- proporcionar a internalização da temática das mudanças climáticas na agenda nacional de desenvolvimento.

Instituído no âmbito do Ipea, o Fórum é formado a partir da montagem de uma rede nacional de capilaridade sobre as questões climáticas e as suas repercussões nas regiões brasileiras. Por isso, o Fórum é constituído em um ambiente de parceria com profissionais e organizações governamentais e não-governamentais que desejam contribuir com o debate e disseminar informações sobre a problemática de mudanças climáticas e suas consequências para toda a sociedade brasileira.

## Notícias

### IBGE faz Seminário Internacional e Oficinas sobre Contas Ambientais

O IBGE realizou, na semana de 21 a 25 de setembro, com o apoio da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, o "Seminário Internacional sobre Estatísticas Ambientais e Contas Econômico - Ambientais" seguido de duas Oficinas, uma sobre Contas de Água e outra sobre Contas de Florestas e Contas da Terra e dos Ecossistemas. Dentre os convidados internacionais destaca-se a presença de Ivo Havinga e Alessandra Alfieri da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, Gemma Van Halderen do Australian Bureau of Statistics e Jean-Louis Weber da Agência Ambiental Européia. O evento contou ainda com a presença de representantes de países latino-americanos, tais como México e Guatemala, e de diversas entidades do governo federal, como o Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas. No endereço <http://unstats.un.org/unsd/envac-counting/workshops/brazil2009/lod.htm> estão disponíveis apresentações realizadas nesses eventos.

### Censo Agropecuário 2006

Com o lançamento desta publicação, o IBGE apresenta os resultados do Censo Agropecuário 2006, cuja primeira divulgação, disponibilizada em caráter preliminar em 2007, trouxe a público um recorte selecionado de informações sobre as atividades econômicas realizadas pelos produtores e empresas agropecuárias, em nível nacional.

As informações ora divulgadas consolidam, em um vasto conjunto de tabelas organizadas para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, os dados estruturais sobre o setor agropecuário, contemplando estatísticas sobre total de estabelecimentos, utilização das terras, número de tratores, implementos, máquinas e veículos existentes, características do estabelecimento e do produtor, pessoal ocupado, efetivos da pecuária, e produções vegetal e animal, dentre outros variados aspectos. Essas estatísticas são fundamentais para a compreensão das transformações ocorridas nas atividades agropecuárias e no meio rural, nos diferentes espaços geográficos do País,

desde a última realização da pesquisa em 1996.

No Censo Agropecuário de 2006 há muitas informações de interesse para pesquisadores da área ambiental tais como as sobre o uso de agrotóxicos e a prática de agricultura orgânica e desenvolvimento rural sustentável. Por exemplo, segundo o Censo, dos 5.175.489 estabelecimentos agropecuários brasileiros só 1,7% têm agricultura orgânica, a grande maioria com produção não certificada. No entanto 9,7% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros fazem uso de formas alternativas para o controle de pragas e/ou doenças em vegetais nos estabelecimentos, tais como controle biológico de pragas.

### Serviço Florestal Brasileiro mapeia experiências de REDD

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) apresentou o primeiro levantamento das ações de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) realizadas no Brasil. O objetivo foi sistematizar informações de projetos que estão sendo implementados no País.

Dos 17 projetos mapeados, 14 estão na região amazônica e dois na mata atlântica do estado do Paraná. O Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES com cooperação do SFB, também foi computado, pois já utiliza o conceito para apoiar projetos de combate ao desmatamento. As informações levantadas vão fortalecer as ações de REDD no país e o governo brasileiro pretende defender a idéia desse mecanismo de mitigação de gases de efeito estufa nas negociações da COP-15, em Copenhague.

Segundo o levantamento, a maioria dos projetos estão na fase inicial e envolvem propriedades públicas, privadas e terras indígenas. Apenas 12% deles estão implementados, sendo que 53% estão em fase de elaboração e os outros 35% ainda estão negociando créditos e captando recursos.

As fontes de financiamento são fundos públicos, mercados voluntários de crédito de carbono e de responsabilidade social corporativa (RSC). As instituições envolvidas na gestão dessas iniciativas são empresas, ONGs e os governos federal e estaduais. A maior parte dos projetos tem enfoque em redução de desmatamento evitado (59%), seguido por conservação (41%). Os pro-

jetos mapeados atuam em uma área de aproximadamente 32 milhões de hectares.

O mapeamento está disponível para download no endereço: [http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/\\_arquivos/experiencias\\_brasileiras\\_em\\_redd2009\\_95\\_1.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/experiencias_brasileiras_em_redd2009_95_1.pdf).

### Relato das Jornadas da ASAUUE: a Economia Ecológica face aos atuais desafios socioambientais no Cone Sul

Entre os dias 24 e 28 de novembro p.p., foram realizadas as atividades relativas às Quartas Jornadas da Associação Argentino-Uruguia de Economia Ecológica – ASAUUE, na sede da Universidade Nacional de General Sarmiento - UNGS, Província de Buenos Aires, com a chamada de Novos Cenários Globais e Alternativas para um Desenvolvimento Local Sustentável. A Economia Ecológica como Oportunidade. As edições anteriores haviam sido respectivamente em Buenos Aires (2001), Lujan (2004) e San Miguel de Tucumán (2007).

As Jornadas deste ano foram precedidas, pela primeira vez, por um curso internacional de Economia Ecológica, com cerca de 20 horas de duração. Para tanto, contou-se com a participação de Joan Martinez-Alier, da Universidade Autônoma de Barcelona, Bernardo Aguilar, da Fundação Neotrópica da Costa Rica, Jorge Morello, da Universidade de Buenos Aires, Walter Pengue, da própria UNGS e presidente da ASAUUE, e dois docentes associados à ECOECO brasileira, Enrique Ortega, da Unicamp e Clitia Martins, da PUC/RS, entre outros.

As Jornadas contaram, também, na abertura do evento e na Conferência Magistral de encerramento, com a participação efetiva do Presidente da ISEE e membro da ECOECO, Peter May, que mencionou a Carta de Cuiabá, elaborada no último encontro da entidade brasileira, em agosto p.p., como uma sugestão para a ASAUUE levar a seus associados.

Como tema introdutório e central nos debates, colocou-se a questão do uso e expropriação dos recursos naturais estratégicos nos países do Sul geográfico, em geral, e mais específica-

## Notícias

mente na Argentina e no Uruguai, no contexto da atual conjuntura política e econômica internacional.

Nesse sentido, dois aspectos relevantes foram levantados; o primeiro deles diz respeito à expansão dos monocultivos, seja de soja transgênica ou de eucaliptos, levando à criação artificial de um “mar verde”, que já abarca pelo menos 1.400.000 ha do território desses países vizinhos. O segundo aspecto bastante discutido, tanto nos simpósios, quanto em conferências e trabalhos de sessões temáticas, refere-se à extração predatória de minérios em várias partes da Argentina. Quanto a isso, vale lembrar os comentários de Aldo Ferrer, da Universidade de Buenos Aires e de Maristela Svampa, do CONICET, que, mesmo com pontos de vista distintos em relação a modelos de desenvolvimento, enfatizaram a inexistência de tradição mineira nos processos produtivos argentinos desde a época colonial. Assim, segundo Svampa, a mineração, como fenômeno relativamente recente, tem-se instalado no país dentro do formato de mega empreendimentos transnacionais, envolvendo enorme potencial contaminante, e de destruição da paisagem típica de regiões andinas e outras que apresentam ecossistemas vulneráveis, com graves consequências diretas para as populações locais.

Como contraponto a esses desafios, foi pontuada a importância de se estabelecer medidas propositivas concretas, tendo como eixo os aportes teóricos da Economia Ecológica, e a construção de novos instrumentos, tais como indicadores, que permitam diagnosticar e contribuir para melhores soluções em prol da sustentabilidade. Clítia Helena Martins.



### ECO-ECO PRESENTE NO CISDA IV

Entre os dias 7 e 10 de outubro deste ano aconteceu o IV Congreso Iberoamericano sobre Desarrollo y Ambiente – CISDA IV, em Bogotá, capital da Colômbia, sob a égide do tema “Construyendo modelos alternativos del Desarrollo”. As palestras e apresentação de trabalhos aconteceram na Pontificia Universidad Javeriana e contaram com um número significativo de participantes vindos da América Latina e da Península Ibérica.

Por ocasião da abertura do evento a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO) foi saudada juntamente com as outras associações iberoamericanas que fazem parte da Red Iberoamericana de Economía Ecológica (REDIBEC). A Plenária inicial teve à frente o Prof. Joan Martínez-Alier, da Universidad Autónoma de Barcelona, que proferiu brilhante palestra sobre os compromissos da economia ecológica diante da recente crise econômica e das dificuldades ligadas às mudanças climáticas. A ECO-ECO marcou presença com a participação dois de seus diretores nacionais, o Prof. Ademar Romeiro e a Profa. Suely Chacon. A Profa.

Suely fez duas apresentações durante o evento. E o Prof. Ademar, além de apresentar seu trabalho e participar de uma Plenária, contribuiu também com o Curso Internacional de Economía Ecológica, ocorrido antes do Congresso, entre os dias 5 e 6 de outubro, também na Pontificia Universidad Javeriana. No dia 7 de outubro aconteceu uma reunião reservada aos membros da executiva da REDITEC. Participaram pesquisadores convidados e os representantes legais das seguintes instituições:

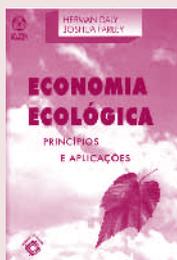
- Asociación Argentino-Uruguaya de Economía Ecológica (ASAUUE)
- ECOECO – Sociedade Brasileira de Economia Ecológica
- Sociedad Mesoamericana de Economía Ecológica
- Sociedad Colombiana de Economía Ecológica

Na ocasião foi discutida a organização definitiva da REDITEC e a definição dos Estatutos de la Revista Iberoamericana de Economía Ecológica (REVIBEC), inclusive com a conclamação de uma participação mais efetiva das associações nacionais ali representadas. Durante todo o evento a troca de experiências e idéias foi profícua, fortalecendo uma rede cada vez mais consolidada de profissionais que atuam em torno da economia ecológica.



Profa. Suely Chacon e Prof. Ademar Romeiro

## Publicações



### Economia Ecológica: princípios e aplicações

Herman Daly e Joshua Farley

Editora Instituto Piaget

O livro de Herman Daly e Joshua Farley - *Ecological Economics: Principles and Applications: an economics textbook* tem agora uma edição em português (de Portugal) pela editora Instituto Piaget, com o título de Economia Ecológica. Está disponível, por exemplo, na livraria Cultura por R\$116,60.